



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0
SE - Secretaria Executiva
CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas
Ata de reunião

Dados da Reunião

Câmara:	Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio			
Título:	Reunião Ordinária N. 38			
Local:	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA Quadra 601 Bloco K, Brasília, DF			
Data da reunião:	16/10/2014	Hora de início:	09:00	Hora de encerramento:

Pauta da Reunião

09:00h - Abertura

09:05h - Aprovação da ata da 37ª Reunião

09:10h Avisos:

- Avisos da Secretaria
- Avisos da Coordenação das Câmaras

09:20h - Lei 12.619 (Lei dos Motoristas) Andamento do processo no Legislativo

09:30h - Desempenho Financeiro das Concessionárias Ferroviárias em 2013

10:00h – Processo de Fusão da ALL – COSAN

10:30h – Navegação de Cabotagem

11:00h – Hidrovia Paraná-Tietê / Interrupção da navegação – Litígio Governo SP x ONS

11:30h – TEGRAM – Limitação Operacional do Terminal da Vale

11:50h – Terceirização – Conflitos de Interpretação

12:20h - IN 29/2013 – Certificados Fitossanitários

12:40h – Assuntos Gerais

13:00h – Encerramento

Lista de Participantes

	Nome	Entidade	Frq	Assinatura
1	JOSÉ RAMOS TORRES DE MELO FILHO	CNA	PR	
2	LUIZ ANTÔNIO FAYET	CNA	PR	
3	CARLOS ALBERTO NUNES BATISTA		PR	
4	OSCAR AFONSO DA SILVA JUNIOR		PR	
5	DANIEL FURLAN AMARAL	ABIOVE	PR	
6	JOSÉ PERBOYRE FERREIRA GOMES	ABPA	PR	
7	ROBERTO CARSALADE QUEIROGA	ACEBRA	PR	
8	DAVID ROQUETTI FILHO	ANDA	PR	
9	SÉRGIO CASTANHO TEIXEIRA MENDES	ANEÀ	PR	
10	SÉRGIO CASTANHO TEIXEIRA MENDES	ANEC	PR	
11	ADALBERTO TOKARSKI	ANTAQ	PR	
12	LUIS HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ	ANUT	PR	
13	EDEON VAZ FERREIRA	APROSOJA	PR	
14	HEIDI EMILIA S. SASSE	ATR BRASIL	PR	
15	JOSÉ RIBAMAR MIRANDA DIAS	CNI	PR	



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

16	CARLOS ALBERTO PEREIRA DE ALBUQUERQUE	IBRAF	PR	
17	RÔMULO DE SOUZA PIRES FILHO	BNDES	PR	
18	MÁRIO FERREIRA CAMPOS FILHO	FNS	PR	
19	MIGUEL RUBENS TRANIN	FNS	PR	
20	Andre Mello	ABAC	PR	
21	Arthur Yamamoto	ANTAQ	PR	
22	Fernanda Rumblesperger	CODESP	PR	
23	Isnardo Ramalho Villareal	CODESP	PR	
24	Carlos Goulart	DSV/MAPA	PR	
25	Alinne Christoffoli	FNS	PR	
26	Pedro Luciano P. R. Oliveira	FNS	PR	
27	Paulo Martorelli	Gov/TO	PR	
28	Luis Sergio da Cruz Silveira	MPOG	PR	
29	Gutemberg Barone	SPA/MAPA	PR	
30	Jose Di Bella	UNICA	PR	
31	IVANIR MAIA DA SILVA	AIBA	CO	

PR - presente / CO - convidado

Desenvolvimento

Ocorreu a leitura da ata:	Sim
Desenvolvimento	

1. Abertura da Reunião - Presidente da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio, Sr. José Ramos Torres de Melo Filho.

Às nove horas do dia dezesseis de outubro de 2014, no Auditório da CNA, foi aberta a Trigésima Oitava Reunião Ordinária da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio pelo seu Presidente, Sr. José Ramos Torres de Melo Filho, que saudou a todos e agradeceu a presença.

2. Apreciação e Aprovação da Ata da 37ª Reunião Ordinária.

Submetida à aprovação do plenário, a Ata da 37ª Reunião Ordinária, encaminhada previamente, por meio eletrônico, foi aprovada, por unanimidade, sem ressalvas.

3. Avisos da Secretaria da Câmara e da CGAC.

Em seguida o Sr. José Ramos Torres de Melo Filho, Presidente da Câmara, agradeceu a presença e participação do Sr. Seneri Paludo, Secretário de Política Agrícola, e reforçou a importância do colegiado para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), pois o impacto da infraestrutura tem reflexos diretos nos resultados do setor agrícola. Em seguida, também estendeu os agradecimentos ao Sr. Adalberto Tokarski, Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

Com o uso da palavra o Sr. Seneri Paludo, Secretário de Política Agrícola, manifestou seu agradecimento e relatou que a idéia é continuar aprendendo para a busca de soluções ao agronegócio.

Na sequência, o Sr. Carlos Alberto Nunes Batista, Secretário da Câmara, relatou que a próxima reunião ocorrerá no dia vinte e seis de novembro e os membros poderão contribuir na elaboração da pauta e da agenda para o ano 2015, participando assim do planejamento para o próximo exercício. Em seguida submeteu à apreciação do plenário a solicitação de inclusão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), representado na ocasião pelo Sr. Rômulo de Souza Pires Filho, como membro efetivo do colegiado, proposta aprovada por unanimidade. Em relação a isso, o Sr. José Ramos Torres de Melo Filho, Presidente da Câmara, citou a importância da participação do banco no colegiado



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

devido à dimensão do tema.

4. TEGRAM – Limitação Operacional do Terminal da Vale

Com respeito ao assunto o Sr. Adalberto Tokarski, Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), relatou que a diretoria colegiada anterior do órgão, após consulta a autoridade portuária e outros interessados, baixou resolução que buscava assegurar recursos e investimentos para o terminal de grãos e não concentrar as operações em uma única operadora, no caso, a Vale. Desse modo a resolução serviu de base para o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA), que fundamentou o processo licitatório do Tegram – Terminal de Grãos do Maranhão. Mencionou ainda a ocorrência de reunião dos consórcios na agência, o reconhecimento da necessidade da retirada de restrição e da sua importância quando da implementação, como atrativo dos investimentos privados no Tegram. Relatou sobre o entendimento de a ferrovia chegar ao Tegram, com expectativas disso para a próxima safra, e em seguida, comentou sobre a permanência das regras de licitação definidas inicialmente. Relatou que entende não ser definitiva a restrição, mas que o processo precisa ocorrer e a regra valer. Comentou ainda que enquanto a ferrovia não chegar aos pontos de recepção de grãos, o transporte via caminhões deve ser eficiente e adotar regras de agendamento, tal como o exemplo do Porto de Santos. Por fim relatou que ao assumir a diretoria defendeu uma estrutura aquaviária melhor e mencionou visitas técnicas da diretoria a Belém, Porto Velho, região do Araguaia e Tabatinga.

5. IN 29/2013 – Certificados Fitossanitários.

Sr. Luiz Antônio Fayet, Representante da CNA, contextualizando o tema, mencionou que com a publicação do normativo o MAPA passa a exigir apresentação de tradução juramentada e legislação do país de destino para emissão de certificados fitossanitários. Nesse sentido comentou que a câmara é um ambiente de convergência de várias entidades representativas que operam no Brasil, tais como, exportadores, originadores, transportadores e instituições. Nesse sentido mencionou que a Associação do Comércio Exterior Brasileiro (AEB) fez solicitação de pautar o assunto visto que o Brasil enfrenta comércio exterior deficitário, e, portanto tem a necessidade de exportar. Nesse aspecto relatou que o agronegócio deu salto de bilhões de reais diante de saldo negativo do resto da economia, tornando-se uma alavanca comercial em termos de competitividade internacional. Outro elemento que mencionou foi que a questão relacionada ao conteúdo nacional, relacionado a cadeias complexas com irradiação incomparável na economia brasileira, informando, por exemplo, que setenta e cinco por cento do conteúdo da indústria automotiva é importado. Desse modo relatou que restrições à exportação podem interromper o fluxo, inclusive nos principais centros de recomercialização de mercadorias, tais como Rotterdam e Cingapura, que funcionam como receptores e distribuidores de mercadorias, tal a permeabilidade. Informou que é nesse contexto que a associação considerou fundamental debater a normativa, visto que considera restritivo alguns pontos regulamentados. Relatou que a câmara solicitou suspensão de tais pontos ao Vigiagro, por considerar mais relevantes atributos como garantia de qualidade, quantidade e condições de suprimentos dentro do direito dos clientes. Nesse contexto afirmou que o país precisa reduzir burocracias, pois o Brasil precisa exportar, e que o pedido de revisão ao órgão é o de dar solução à questão.

Com respeito a isso, o Sr. Carlos Goulart, Coordenador de Fiscalização do Trânsito de Vegetais, setor ligado ao Departamento de Sanidade Vegetal, explicou que a nova normativa sobre uso e emissão de Certificados Fitossanitários internaliza regramento da Convenção Internacional de Proteção dos Vegetais, órgão vinculado a FAO. Relatou sobre o processo de normatização do assunto e informou que a exigência de tradução juramentada é de natureza jurídica. Comentou que tem orientado os pontos de egresso de mercadorias, relatando o esforço do órgão para coordenar e harmonizar procedimentos, em especial, no que diz respeito à padronização operacional.

Na sequência, o Sr. Sérgio Mendes, Representante da ANEC, informou que no começo houve incômodo, mas que hoje percebe que o tema está pacificado, resultando em algo positivo, portanto, bem encaminhado. Com exemplo disso, citou a existência de uma equipe para tratar de solução de assuntos para soja, agradecendo a participação da câmara em abordar o tema.

Sr. Luiz Antônio Fayet, Representante da CNA, informou que os segmentos mais reclamantes são os que



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

buscam novos mercados, tais como fumo e couro, sujeitos a barreiras técnicas. Como exemplo disso, citou a exigência de vacinação. Colocou ainda que a dúvida é sobre exigência jurídica, ponto de vista que as entidades não enxergam. Desse modo propôs a criação de um pequeno grupo para tratar do tema.

Sr. Seneri Paludo, Secretário de Política Agrícola, relatou sobre a busca de solução da questão, mas informou que se trata de entendimento da consultoria jurídica. Nesse aspecto, recomendou que a CNA realize um estudo jurídico sobre a questão para auxiliar nesse processo, apresentando um parecer que possa auxiliar no avanço de alguns pontos. Dentro dessa idéia, o Sr. José Ramos Torres de Mello Filho, Presidente da Câmara, solicitou apoio da ANEC para tratar o tema de modo a encaminhá-lo ao MAPA.

Em seguida o Sr. Carlos Goulart, Coordenador de Fiscalização do Trânsito de Vegetais, relatou que o departamento orienta as unidades e que alguns países mesmo consultados, tal como a China, não apresentam as exigências de certificação. Sendo assim informou ainda que nesses casos a normatativa permite que o departamento autorize a certificação até o recebimento de resposta.

Encerrando o tema, o Sr. Sérgio Mendes, Representante da ANEC, comentou sobre a questão relacionada à exportação por Porto Murtinho, agradecendo aos senhores Seneri Paludo, Luiz Antônio Fayet, Carlos Alberto e Carlos Goulart pela atenção e avaliação da questão.

6. Lei 12.619 (Lei dos Motoristas) Andamento do processo no Legislativo

Sr. Roberto Carsalade Queiroga, Representante da ACEBRA, informou sobre a tramitação do assunto junto ao legislativo e que falta votação dos destaques. Informou que as sugestões apresentadas pela câmara foram incorporadas ao texto e que aguarda a votação, mas acredita na aprovação.

Sr. Luiz Antônio Fayet, Representante da CNA, explicou que há dois parágrafos pendentes, mas que superada a questão o projeto vai para sanção. Sugeriu circular novamente o memorial, de modo que as entidades auxiliem junto ao legislativo. Ainda demonstrou sua preocupação com o passivo gerado pela lei, que só será resolvido via aprovação da norma.

Sr. Roberto Carsalade Queiroga, Representante da ACEBRA, mencionou dois pontos críticos: a) Destaque para retirar as horas extras da jornada do motoristas e; b) requerimento sobre cobrança de eixo suspensos.

7. Processo de Fusão da ALL – COSAN

Sobre o tema Sr. Luiz Antônio Fayet, Representante da CNA, comentou sobre notícias veiculadas em mídia de que o setor produtivo é contrário ao processo, algo que afirmou ser incorreto. Relatou que há um grupo da câmara tratando e acompanhando o assunto.

Sr. Daniel Furlan Amaral, Representante da ABIOVE, explicou que o assunto envolve fusão entre produtores de açúcar e concessionário de malha ferroviária, relatou que não são contrários e de que, de acordo com projeções, há a necessidade de mais ferrovias. Reforçou que o setor não é contrário a fusão, mas que há preocupação com as consequências de não observação de certas salvaguardas que garantam equilíbrio na oferta do modal. Mencionou que a controladora, dispondo de um conjunto de modais, pode ter condições de acesso diferenciadas e cobrança excessiva de tarifas aos usuários em toda a cadeia produtiva, inclusive o produtor rural. Informou que o processo no CADE está em fase de consultas, recebendo trabalhos técnicos relativos à manifestação formal e preocupações dos usuários, com as proposições de medidas de solução. Explicou que o processo pode levar até trezentos e trinta dias, mas que se busca uma conclusão no prazo de cento e vinte dias. Informou que em seguida o processo vai ao tribunal para análise de aspectos jurídicos. Por fim comentou que sugestões já foram enviadas, e sugeriu as demais entidades que façam o mesmo. O Sr. José Ramos Torres de Mello Filho, Presidente da Câmara, relatou que a câmara continuará acompanhando o tema.

Sr. Miguel Rubens Tranin, Representante do FNS, relatou que dentro da mesma linha de informação, o tema foi pautado em reunião anterior. Nesse interstício de tempo relatou que houve reuniões junto a ANTT e Ministério dos Transportes acerca das preocupações sobre esse processo, com apoio de federações devido ao peso econômico que afeta a economia do estado paranaense. Relatou sobre restrições de legislação até onde a ANTT pode implantar tributos, taxas e tarifas acessórias cobradas dos usuários, mencionou que externaram preocupação junto ao Ministro dos Transportes sobre o novo modelo de concessão e relatou que informações foram encaminhadas ao CADE sobre o tema, mas que não havendo flexibilização serão



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

contra a concessão, reforçando que o setor produtivo estaria disposto a assumir a malha sul.

8. Navegação de Cabotagem.

Sr. Luiz Antônio Fayet, Representante da CNA, evidenciou a preocupação da câmara em abordar esse tema, cujos problemas ainda persistem. Nesse sentido, disse que os custos nacionais são maiores que o do longo curso e que se trata, então, de um problema institucional que afeta a competitividade sistêmica desse setor. Comentou sobre a existência de amarras estruturais na legislação de navegação, que carece de reforma. Disse que o Brasil será um dos maiores exportadores mundiais, com riquezas imensas, e que diante desse cenário e de um litoral com oito mil quilômetros o país precisa de poder marítimo. Desse modo, informou que a cabotagem atual compromete a competitividade sistêmica com impactos em setores como o siderúrgico, mineral e o agronegócio. Relatou que na malha terrestre transporta-se dezenas de toneladas e, portanto, é preciso um novo projeto para regular a navegação brasileira. Relatou sobre a competitividade frente a outros países onde há forte protecionismo, e reforçou que não pode acontecer de tarifas de cabotagem ser de sete a dez vezes mais caras a nível nacional. Citou a produção e importação do trigo brasileiro e lembrou da construção naval e navegação que são setores estratégicos. Por fim, comentou ser adequado elaborar uma proposta de legislação para tratar do assunto.

Sr. José Ramos Torres de Mello Filho, Presidente da Câmara, comentou ser adequado pegar o aparato legal para apresentar uma proposta substitutiva do marco regulatório.

Sr. Luis Rezano, Representante do SYNDARMA, relatou sobre trabalhos da entidade para elaboração de proposta sobre cabotagem com base em modelos internacionais. Mencionou que o Brasil somente terá navegação de longo curso caso invista em cabotagem e relatou a existência da diferença de tarifas entre modais. Falou que atualmente a navegação estrangeira é mais competitiva, citou consulta pública de resolução da ANTAQ sobre afretamento tema estudado pelo setor, comentou que o transporte de grandes volumes envolve grandes valores e citou sobre as questões trabalhistas que tem afetado o setor. Relatou sobre evolução da marinha mercante, com investimentos em porta containers e comentou que a competitividade é necessária para crescer. Em seguida, mencionou a contratação de estudo do banco mundial para avaliar cabotagem, que tem como um dos participes a escola europeia de cabotagem, cujo modelo é forte e protegido, e portanto, considera necessário analisar as melhores práticas. Por fim comentou que apoiam o desafio de propor ajustes à legislação.

Sr. José Ribamar Miranda Dias, Representante da CNI, apoiou a constituição de um grupo para analisar o tema, reforçando a ausência de preconceitos na elaboração de ideias. Dentro disso, comentou que o país não está na era dos diagnósticos, e, portanto o momento é oportuno e que em sua opinião a cabotagem já alçou voo próprio, citando como exemplo o setor de containers. Nesse aspecto mencionou que o Brasil passa por um processo de containerização e atração natural do modal marítimo. Quanto ao agronegócio comentou que o país precisa reter o acréscimo de valor na exportação, buscando a agregação de valor. Relatou ser o momento oportuno e com condições favoráveis.

Sr. André Mello, Representante da ABAC, apoia a idéia do debate, mas considera que o processo levará tempo. Enquanto isso sugeriu trabalhar de forma mais simples via medida provisória para que se cumpra a lei, em especial a relacionada à cabotagem. Comentou sobre o preço do combustível e suas práticas no dia a dia, falou do registro de tripulantes e por fim comentou sobre a praticagem, em especial o decreto de regulação e monopólio que impede a competição.

Com respeito a isso, Sr. José Ramos Torres de Mello Filho, Presidente da Câmara, ao comentar sobre legislação relacionada ao preço e tributação de combustível, tal como o ICMS, relatou que se a lei prever ajustes será bom. Entretanto mencionou que questões tributárias estão sujeitas a análise do CONFAZ, mas que é preciso encontrar saída para o cumprimento da legislação.

Sr. André Mello, Representante da ABAC, comentou que não é contrário a proposta de criação de um grupo, mas apenas propôs uma solução intermediária.

Desse modo ficou constituído grupo temático para tratar do tema, inicialmente, com as seguintes entidades: CNA, ABAC, SYNDARMA e APROSOJA.

9. Desempenho Financeiro das Concessionárias Ferroviárias em 2013



Em sua apresentação o Sr. Luis Henrique Teixeira Baldez, Representante da ANUT, comentou que a aplicação ou desenvolvimento de concessão de ferrovias tem gerado notícias e debates sobre o novo modelo. Mencionou que os usuários, donos de carga, procuram entender como serão afetados de modo que não sejam prejudicados. Na sequencia falou dos objetivos do projeto e do modelo aberto relatando que foi realizada uma simulação com base num caso real referente ao trecho Açaílândia/Barcarena, cujos valores vigentes do estudo foram retirados para ilustrar a tese. Relatou sobre a organização institucional do modelo dando uma idéia do processo que tem seu início na licitação que vai montar a infraestrutura e caminha através do gestor da infraestrutura, setor privado e operadores ferroviários independentes. Nesse cenário citou que há vários operadores e um gestor, vendendo no mercado livre, mas que não participa de licitação, sendo um cobrador de tarifas outorgado por licitação publica. Nesse modelo explicou que a tarifa é de livre competição no mercado de frete. Falou do fluxo de pagamentos e recebimentos, onde a Valec compra capacidade e paga ao gestor de infraestrutura. Relatou em seguida sobre o modelo econômico financeiro que possui concessionário da infraestrutura e operador ferroviário independente. Projetou modelo tarifário do trecho doze, apresentou dados de referência e conceito financeiro de avaliação de projeto. Assim explicou que o concessionário investe, disponibiliza capacidade para Valec e vende aos operadores (modelo econômico financeiro). Ao abordar procedimentos licitatórios, explicou que a menor tarifa de disponibilidade vence, relatando que o investidor faz seus estudos. Em seguida falou do processo apresentando números e valores, e projetando, em seguida, modelo econômico financeiro após a licitação. A seguir apresentou os cálculos de parâmetro, tarifa de transporte, custo operacional e de capital, bem como despesas de funcionamento com demonstração ao final do fluxo de recursos gerados pelo operador. Citou o equilíbrio dos fluxos, números finais de equilíbrio do modelo, falou das tarifas e da prática prejudicial à concorrência e abuso, sujeitas a normas estabelecidas pela Resolução ANTT 4.348/2014. Apresentou uma simulação de relação tarifária, e por fim, relatou que os usuários devem estar atentos para que os tetos do próprio modelo não sejam ultrapassados.

Sr. Luiz Antônio Fayet, Representante da CNA, mencionou que se trata de uma simulação no novo modelo em trecho de malha existente onde os investimentos não seriam necessários, semelhantes da norte sul (2-3), onde em um terço não haverá novos subsídios. Desse modo comentou que para as malhas existentes não haverá necessidade de subsídios.

Sr. Luis Henrique Teixeira Baldez, Representante da ANUT, explicou que o concessionário tem poder de monopólio, mas informou que se a malha não estiver cem por cento, a ociosidade deve ser disponibilizada para outro operador. Relatou ainda que o operador na malha vertical terá um teto, tendo a malha horizontal outra regra. Comentou ainda sobre o trecho doze, capacidade de absorção da Vale e direito de passagem.

Sr. José Ramos Torres de Mello Filho, Presidente da Câmara, mencionou que o assunto, controvertido, foi debatido em reunião, lembrando da participação da Valec na ocasião.

Sr. Luis Henrique Teixeira Baldez, Representante da ANUT, relatou que o modelo aberto é melhor, pois há competição no operador. Comentou sobre o custo de construção de rodovias, que o custo da implantação de ferrovia não pode estar cem por cento na tarifa, pois inviabiliza o transporte e que o governo precisa ter ciência e que vai ter de disponibilizar recursos nesse modelo proposto.

Sr. José Ribamar Miranda Dias, Representante da CNI, realçou mais uma vez o alerta já apresentado em reuniões anteriores quanto ao risco de insucesso do modelo intentado pelo governo em que a VALEC fará parte da cadeia de negociação de frete (como vendedora de capacidade de transporte) fazendo desaparecer qualquer incentivo ao aumento da competitividade por parte do concessionário da linha, além de conduzir ao encarecimento do preço final da tarifa/preço para o usuário do transporte. Na verdade o governo deixou de fazer um exame mais profundo e isento das vantagens da adoção do modelo PPP.

10. IX SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE LOGISTICA

Sr. José Ramos Torres de Mello Filho, Presidente da Câmara, falou sobre o IX Seminário de Logística – EXPOLOG, feira internacional de logística que tratará de perspectivas de crescimento no Norte e Nordeste do país, convidando a todos os integrantes da CTLOG a participar do evento, inclusive do estande montado pela CNA, onde poderiam divulgar as atividades de suas instituições.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

11. Hidrovia Paraná-Tietê / Interrupção da navegação – Litígio Governo SP x ONS

Sr. Luiz Antônio Fayet, Representante da CNA, comentou sobre duas questões a respeito do tema: preocupação dos usuários com regras do futuro e judicialização do tema, reforçando como ponto preocupante ter uma regra. Segunda questão é que foram feitas audiências na ANTAQ, onde foram apresentadas projetos de investimentos, mas que considera adequado a câmara solicitar ao órgão os estudos que instrumentalizaram as conclusões. Propôs encaminhamento de moção ao Ministro da Agricultura, recomendando pedido de disponibilização desses estudos.

Com respeito ao assunto abordado o Sr. Arthur Yamamoto, Representante da ANTAQ, sugeriu inicialmente contactar o Sr. Walter Casimiro para averiguar a possibilidade de disponibilidade dos estudos, sugestão acatada pelo plenário.

12. Terceirização – Conflitos de Interpretação

O Sr. Luiz Antônio Fayet, Representante da CNA, falou dos problemas com terceirização de cargas em virtude de ações de órgãos de controle. Mencionou que o assunto tem de ser tratado com prioridade e, nesse sentido, sugeriu uma apresentação sobre o tema na próxima reunião para apresentar um panorama do assunto e propor mobilização.

Sr. David Roquette, Representante da ANDA, colocou-se a disposição para apresentar informações sobre o setor de fertilizantes relacionadas ao tema em debate.

Sr. José Ramos Torres de Mello Filho, Presidente da Câmara, propôs que a ultima reunião seja de balanço das ações desenvolvidas ao longo do exercício e de planejamento e estabelecimento das diretrizes para os trabalhos d o próximo período.

13. Assuntos Gerais e Encerramento.

Sr. Luis Henrique Teixeira Baldez, Representante da ANUT, sugeriu um posicionamento da câmara para o próximo governo, propondo também a realização de reunião do colegiado no primeiro trimestre.

Sr. José Ramos Torres de Mello Filho, Presidente da Câmara, sugeriu a criação de um GT para elaborar documento a ser repassado para o próximo período.

Sr. José Ribamar Miranda Dias, Representante da CNI, falou das questões hídricas, que transcendem o problema da navegação, disse que analisou como a Europa trata do assunto. Citou a questão sobre mudanças climáticas e mencionou o MMA, ANA e comitê de bacias hidrográficas que tratam e gerenciam o tema.

Com respeito ao assunto da Hidrovia Tiête/Paraná, Sr. Edeon Vaz Ferreira, Representante da APROSOJA, informou a ingerência da ONS ao priorizar a questão da energia em detrimento da navegação. Manifestou sua preocupação com a gestão das demais hidrovias, citando a mesma situação no Rio Madeira, na Hidrelétrica de Santo Antonio no período das secas, onde medidas equivocadas resultaram em níveis críticos da lâmina d'água, com impactos para a navegação. Nesse sentido, solicitou que o tema seja pautado para o próximo ano para um estudo aprofundado sobre gestão das águas, visando proposições a ANA para gerir o uso múltiplo das águas.

Em relação a isso, Sr. José Ramos Torres de Mello Filho, Presidente da Câmara, citou aprovação por três comissões do projeto de eclusas, proposta essa que será enviado aos membros para conhecimento. Falou ainda da nova resolução SPU, que onera o uso de espelho de água, para instalação de terminais portuários, tema que deverá ser acompanhado por todos os membros.

Sr. Edeon Vaz Ferreira, Representante da APROSOJA, falou do escoamento pelos portos do Arco Norte, mencionando três rotas em específico: BR 158 - Ferrovia Norte Sul para Itaqui e Br 163. Citou o volume transportado, e comentou que faltam 160 km de asfalto até Mirituba e 140 km até Santarém, com previsão de pavimentação total em 2016. Desse modo relatou que acredita ser possível fazer até seis milhões de toneladas, saindo pelo sistema rodo-hidroviário de Mirituba.

Não havendo mais assuntos a serem tratados, o Presidente da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio – CTLOG, encerrou a Reunião as doze horas e vinte e sete minutos.



Preposições

Item	Item da reunião
------	-----------------

Ações

Item	Ação	Responsável	Dt. prevista
------	------	-------------	--------------

Dados da próxima reunião

Local:	
Data da reunião:	Hora de início:
Pauta da Reunião	

Anexos

Arquivo	Descrição
---------	-----------